

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E LETRAS
ANA LETÍCIA DE PAULA SANTOS**

**ENTRE CLASSE E GÊNERO: A ORDEM SOCIAL DA
LITERATURA DE JANE AUSTEN**

**Taubaté – SP
2020**

ANA LETÍCIA DE PAULA SANTOS

**ENTRE CLASSE E GÊNERO: A ORDEM SOCIAL DA
LITERATURA DE JANE AUSTEN**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para obtenção da licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa

**TAUBATÉ – SP
2020**

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

ANA LETÍCIA DE PAULA SANTOS
ENTRE CLASSE E GÊNERO: A ORDEM SOCIAL DA LITERATURA DE JANE
AUSTEN

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, para obtenção do título de licenciada em Letras. Área de concentração: literatura e linguagens.

APROVADA EM ___/___/___

RESULTADO _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa (orientador)

Prof. Ma. Thaís Travassos

Prof. Ma. Andréia Alda de Oliveira Ferreira Valério

Aos meus pais, pelos livros.

A minha irmã, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Me. Luzimar Goulart Gouvêa, pela paciência, atenção e perspicácia com que orientou nosso trabalho.

Aos meus carinhosos pais, Mariza e Neuri, pela oportunidade de estudar o que eu gosto, muito obrigada.

A minha única e favorita irmã, Maria Fernanda, pelo incentivo contínuo e por cada longa conversa sobre as mulheres Bennet, especialmente a Lizzy.

À bibliotecária Luciene, pela atenção e disponibilidade durante todo o curso.

Agradeço a todos os meus professores pela formação.

“Não se pode escrever nada com indiferença”

Simone de Beauvoir

RESUMO

O tema da presente pesquisa é a escrita inaugural de Jane Austen, a partir das obras *Razão e Sensibilidade*, *Orgulho e Preconceito* e *Persuasão*, no tocante ao gênero e ao lugar de classe. A pergunta da pesquisa é: como a ordem social afeta classe e gênero no rumo das narrativas? Tal pesquisa se justifica por esclarecer a influência dos padrões sociais nas obras escritas por uma mulher. Os objetivos de pesquisa são: 1) Apresentar Jane Austen e a sociedade de seu tempo; 2) Apresentar a autora e as obras; 3) Analisar a ordem social referente à classe e ao gênero nas obras de Jane Austen. A metodologia empregada é a da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. A pesquisa estabeleceu-se segundo a análise entre o romance e os elementos sociais de classe e gênero, representados por personagens e ações nos livros *Razão e Sensibilidade*, *Orgulho e Preconceito* e *Persuasão*. Esta pesquisa tem embasamento teórico em autores como Robert Irvine (2005), Eric Hobsbawm (2001), Sandra Guardini Vasconcelos (2002) e Ian Watt (2010). Como resultados, tem-se que a literatura é intrínseca às mudanças sociais e, em Jane Austen, apresenta-se uma crítica a esse padrão, sendo desenvolvida ao longo do romance de maneira subtendida, conduzindo a narrativa.

Palavras-chave: *Razão e Sensibilidade*; *Orgulho e Preconceito*; *Persuasão*; Jane Austen; literatura; ordem social; classe e gênero.

ABSTRACT

The theme of the present research is the inaugural writing by Jane Austen, based on the literary works *Sense and Sensibility*, *Pride and Prejudice*, and *Persuasion*, about gender and class. The question of this research is: how the social order influenced class and gender in the course of the narratives? Such research is justified by clarifying the influence of social standards on works written by a woman. The research objectives are: 1) Introduce Jane Austen and the society of her time; 2) To present the author and her literary works; 3) Analyze the social order regarding class and gender in Jane Austen's literary works. The methodology used was the bibliographic research, of qualitative nature. The research was established according to the analysis between the novel and social elements of class and gender, represented by characters and actions in the books *Sense and Sensibility*, *Pride and Prejudice*, and *Persuasion*. This research is based on authors such as Robert Irvine (2005), Eric Hobsbawm (2001), Sandra Guardini Vasconcelos (2002), and Ian Watt (2010). As results, there are: that literature is intrinsic to social changes, and with Jane Austen, it results in a criticism of this social pattern, in such a manner that is developed throughout the novel in a subtended way leading the narrative.

Keywords: *Sense and Sensibility*; *Pride and Prejudice*; *Persuasion*; Jane Austen; literature; social order; class; gender.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A AUTORA E A SOCIEDADE	13
3. A AUTORA E AS OBRAS	19
4. COMO A ORDEM SOCIAL AFETAVA CLASSE E GÊNERO NA LITERATURA DE JANE AUSTEN	27
4.1 Influências de classe	28
4.2 Marcas de gênero	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Hobsbawm (2001), a Inglaterra no final do século XVIII passava por uma reestruturação social em decorrência da Revolução Industrial, afetando a ordem de classes, baseada em propriedade e herança, refletindo em uma nova classe em evidência, a classe intermediária.

Nesse contexto, os autores que inauguraram o romance inglês na metade do século XVIII, Defoe, Richardson e Fielding, ocasionaram um movimento literário organizado numa versão da realidade em que viviam, com ideais calcados no individualismo. Com a ascensão do romance, o conceito de individualidade proporcionou uma propagação de normas comportamentais inseridas em uma sociedade limitadora, entre uma determinada classe que pudesse ter contato com a literatura (WATT, 2010).

[...] Jane Austen's own standards – always present in her use of such abstract terms as 'reason', 'civility', respectability' and 'taste' – were, like those of her age, much more absolute; and as a novelist she presented all her characters in terms of their relation to a fixed code of values [...] ¹ (WATT, 1963, p. 42-43).

“[...] Jane Austen representa com suas personagens femininas um panorama de sua época, da condição da mulher na sociedade, além de mostrar a divisão de classes [...]” (MOTA, 2017, p. 31), de modo que projeta o reflexo das normas sociais em sua escrita. Assim, constitui-se a questão central desta pesquisa: como a ordem social afetava classe e gênero dentro desse universo literário?

Dessa maneira, pretende-se analisar como a relação entre o romance e a organização social, no que diz respeito à classe e gênero, é apresentada na literatura de Jane Austen, com base nos livros *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade* e *Persuasão*. A base teórica desta pesquisa está centrada em autores como Robert Irvine (2005), Eric Hobsbawm (2001), Sandra Guardini Vasconcelos (2002) e Ian Watt (2010).

A metodologia de pesquisa empregada é a da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. A monografia será dividida em 3 partes. A primeira parte apresentará a

¹ [...] os próprios padrões de Jane Austen – sempre presentes em seu uso de termos abstratos como 'razão', 'civildade', 'respeitabilidade' e 'gosto' – eram, como os de sua época, muito mais absolutos; e como romancista apresentava todos os seus personagens em termos de sua relação com um código de valores fixo [...] (tradução nossa).

autora Jane Austen e a sociedade de sua época, criando, assim, espaço para a segunda parte, que elucida a perspectiva de Jane Austen como autora, contextualizando o período em que escreveu e suas obras, para, enfim, a partir de classe social e gênero, estabelecer as influências da ordem social nas narrativas selecionadas.

Há necessidade de tratar deste assunto, para qualificar a relação das ações sociais e sua influência nos meios artísticos, portanto analisar contextos históricos junto à literatura de Jane Austen deve contribuir ao movimento de pesquisas literárias, promovendo discussões quanto aos moldes que formam a sociedade e seus reflexos na literatura em seu conteúdo, publicação e produção.

A análise entre gênero e classe na ordem social de Jane Austen deriva das condições históricas nas quais a sociedade se desenvolveu, sendo relevante para o entendimento das mentalidades presentes na civilização moderna e suas composições sociais exemplificadas na literatura. Dessa maneira, a tese proposta elaborará discussões sobre as limitações e responsabilidades determinadas por sexo e condição social na Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX.

2. A AUTORA E A SOCIEDADE

“Eram de uma respeitável família do norte da Inglaterra; circunstância mais profundamente gravada em suas memórias do que o fato de a riqueza do irmão e delas mesmas ter sido obtida no comércio.”²

Jane Austen nasceu no sudeste da Inglaterra, em 1775, e faleceu em 1817, durante a Era Georgiana, período em que as atividades manufatureiras e comerciais progrediam e a Grã-Bretanha era a região da Europa mais bem-sucedida, portanto se tornou influência econômica para governos “com qualquer pretensão a uma política racional” em 1780 (HOBSBAWM, 2001, p. 36).

Jane era filha do pároco anglicano George Austen e de Cassandra Leigh, pertencentes à classe de proprietários rurais cuja situação de sustentar oito filhos com 600 libras anuais demandava renda adicional de sua fazenda e dos trabalhos com tutoria entre a comunidade local (IRVINE, 2005).

“Filhas da burguesia e da pequena nobreza, na maioria dos casos, as romancistas frequentavam, na melhor das hipóteses, um internato ou recebiam alguma instrução no seio da própria família” (VASCONCELOS, 2002, p. 106). Assim sendo, o ensino convencional para garotas da classe de Austen não era focado em literatura e latim, portanto Jane e sua irmã, Cassandra, diferentemente de seus irmãos, foram ensinadas pela mãe. Receberam ensino religioso dela, aprenderam a ler e a escrever e foram enviadas a um internato em outro condado, onde estudaram linguagens, bordado, música e desenho, porém a maior parte de sua formação se passou dentro do ambiente doméstico. (IRVINE, 2005).

Diferentemente da realidade enfrentada por Austen, no final do século XVIII, a cultura do trabalho inglês, passando por uma revolução industrial, a literatura e a educação tinham poucos recursos para se espalhar entre as classes mais baixas (HOBSBAWM, 2001).

A opinião tradicional era a de que as distinções de classe constituíam a base da ordem social e que conseqüentemente o lazer convinha apenas às classes ociosas; e reforçava muito essa opinião a teoria econômica da época, que se opunha a tudo que pudesse afastar os trabalhadores de seus deveres. (WATT, 2010, p. 48).

Segundo Ian Watt (2010), essa situação de escassos leitores se deve aos “donos da opinião”, os porta-vozes do mercantilismo e os influentes aristocratas com pensamento religioso e social tradicional, responsáveis tanto pelo pouco tempo

² Austen, Jane. *Orgulho e Preconceito*, p. 244.

disponível para lazer das classes trabalhadoras quanto pela falta de poder aquisitivo para posse de material e espaço adequado para leitura, pois se, ao trabalhador, houvesse uma razão para ter dinheiro sobrando, ser letrado, comprar uma obra e dispor de tempo livre, era apenas um desvio da ordem social.

Entre a sociedade não letrada e os “donos da opinião” se encontra a classe derivada das mudanças econômicas capitalistas, os chamados *middling sort*, em que se encaixavam os engajados com o comércio exterior, os advogados, os clérigos e os oficiais das forças armadas. A família de Jane Austen fez parte dessa classe, com o pai e os irmãos mais velhos obtendo renda pelo trabalho de clérigos e os mais novos na marinha britânica (IRVINE, 2005).

Austen fez parte de um período em que a “classe média”³ inglesa conseguia se envolver nos meios literários, proporcionando às romancistas bem conceituadas uma maneira respeitável de serem pagas por seu trabalho (HOBBSAWM, 2001). No entanto, o gênero romance não tinha prestígio entre os meios literários da época por ser um campo dominado por mulheres, por abordar assuntos domésticos e por seu público leitor abranger predominantemente as classes em ascensão. As mulheres puderam se estabelecer na escrita de maneira bem limitada, com uma liberdade literária cerceada pelas convenções sociais de gênero (VASCONCELOS, 2002). Apesar disso, ainda era o período em que “as mulheres desempenhavam um papel cada vez mais importante na vida literária. A maioria dos romances do século XVIII foi escrita por mulheres” (WATT, 2010, p. 319)

A sociedade inglesa na qual Austen escreve é tanto hierárquica quanto modernizante e sua relação com ambas as sociedades foram moldadas por sua posição como mulher, “the England in which Jane Austen lived and worked was, on the one hand, structured by a long-established political and social order and, on the other, undergoing rapid and accelerating social and economic change.”⁴ (IRVINE, 2005, p. 5).

“O final do século XVIII [...] foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de

³ O conceito de classe como “grupo de pessoas por suas fontes de renda (trabalho, capital ou terra)” é anacrônico ao tempo de Jane Austen, sendo reconhecido apenas no meio do século XIX, portanto o sentido referido de classe é onde se encontram na hierarquia social. (IRVINE, 2005, p. 6).

⁴ “A Inglaterra em que Jane Austen viveu e trabalhou era, por um lado, estruturada por uma ordem política e social há muito estabelecida e, por outro lado, passava por uma rápida e acelerada mudança social e econômica” (tradução nossa).

agitações políticas” (HOBSBAWM, 2001, p. 72). Dessa maneira, enquanto os regimes dos países vizinhos também passavam por revoluções, a revolução industrial inglesa, em decorrência do comércio exploratório das colônias, ocasionou uma reorganização social e abriu espaço para uma nova classe, a burguesia liberal, que se encontrava entre a seleta classe aristocrática e as classes baixas (HOBSBAWM, 2001, p. 34). Esse novo arranjo econômico possibilitou a “Britain’s first great capitalist age”⁵, que enriqueceu a Inglaterra e uma classe de pessoas cuja riqueza consistia em ações de empresas e títulos do governo, fazendo-se necessário estabelecer uma “[...] public culture of information Exchange [...]”⁶, reconhecida como “public sphere”⁷, na qual as classes detentoras do dinheiro poderiam debater sobre a situação social e investimentos, livre do controle governamental, uma vez que as medidas econômicas passaram a gerar maior ou menor lucro, independentemente de seu controle (IRVINE, 2005, p. 07).

“‘Polite’ standards of writing, speech and behaviour allowed this new group of property owners to be integrated socially within the established order, although they remained excluded from it politically.”⁸ Como uma maneira de ter controle social, o conceito “polite standards of behaviour”⁹ foi proposto pela classe média, sendo uma medida de consolidação da esfera pública pela relação de cortesia entre os “moneyed and landed groups”¹⁰ (IRVINE, 2005, p. 10).

Essa relação proporcionou uma cultura “polida”, que permitia aos que fizeram riqueza no comércio se misturarem com as classes mais altas, abandonando um discurso considerado de origem pobre e seguindo o padrão disseminado pelos jornais, com discurso crítico inalcançável às classes populares. (IRVINE, 2005). Sendo um exemplo dessa disposição social, as classes média e aristocrática não se envolviam com formas de arte que julgassem inferiores ou fúteis, de maneira que se diferenciavam das classes pobres, que não tinham acesso ou consumiam revistas populares de contos (HOBSBAWM, 2001, p. 294).

O surgimento da imprensa periódica, principalmente a cultural, foi um dos fatos relevantes do século XVIII e trouxe uma grande contribuição para a formação da esfera pública burguesa, tendo constituído um elemento central

⁵ “[...] a primeira grande era capitalista britânica” (tradução nossa).

⁶ “[...] cultura pública de intercâmbio de informações” (tradução nossa).

⁷ “[...] esfera pública”.

⁸ “Padrões ‘polidos’ de escrita, discurso e comportamento permitiram que este novo grupo de proprietários de imóveis fosse integrado socialmente dentro da ordem estabelecida, embora permanecessem excluídos dela politicamente” (tradução nossa).

⁹ “[...] padrões ‘polidos’ de comportamento” (tradução nossa).

¹⁰ “[...] grupos endinheirados e proprietários de terra” (tradução nossa).

na vida intelectual da época e na difusão de ideias e informação (VASCONCELOS, 2002, p. 145).

De acordo com Irvine (2005), a esfera pública estabeleceu uma divisão dos gêneros, contando com discussões sobre economia, política, religião, comportamento e o que tange à vida de maneira pública e particular, sendo definidas pelos homens, enquanto os locais abertos às mulheres eram eventos de caridade, organizações de assembleias locais e eventos em que pudessem performar seus dotes de maneira a beneficiar sua própria imagem e a de seu marido ou pai. A mulher da classe média era diferente da mulher aristocrata e da mulher da classe trabalhadora, e as mulheres que faziam parte dessa classe que prezava o comportamento eram inseridas na esfera privada da vida doméstica, sendo responsáveis por representar o que foi decidido pelos homens, pois não tinham necessidade de trabalhar, ficavam longe dos negócios e, assim, não tinham lugar de fala, configurando, segundo Ian Watt (2010, p. 178), um reflexo social nas atitudes públicas e privadas dos romances.

Poucos gêneros literários parecem ter tido, como o romance, suas raízes mais firmemente fincadas no tempo histórico e em contextos socioculturais específicos. Fruto dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático e, ainda que sua maleabilidade lhe tenha permitido acolher uma multiplicidade de vozes e valores morais, ele serviu sobretudo para exprimir uma certa visão de sociedade que os romancistas procuraram traduzir em termos artísticos. (VASCONCELOS, 2002, p. 11).

A reflexão sobre as condições sociais no século XVIII propagam-se no que diz respeito à origem do romance, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. “[...] com o surgimento dos três primeiros romancistas ingleses na mesma geração [...]”, Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding, se estabelece que o gênero “[...] não foi mero acidente e que seu gênio só poderia ter criado a nova forma se as condições da época fossem favoráveis” (WATT, 2010, p. 9). Entretanto, como aponta Vasconcelos (2002, p. 11), a origem do romance é “[...] tão complicada quanto o processo de estruturação da própria sociedade, e ele não tem propriamente um padrão bem delineado de desenvolvimento.” Dessa maneira, o romance tem sua origem intrinsecamente ligada às diversas causas sociais e se manifesta por meio de sua representação na arte.

Segundo Watt (2010, p. 10), ao considerar a origem social do romance e sua maneira de expressar a sociedade, a visão de realidade adereçada ao gênero não se refere à escola literária, porém se refere a uma visão realista similar ao realismo francês, uma vez que “[...] procura retratar todo tipo de experiência humana e não só

as que prestam a determinada perspectiva literária: seu realismo não está na espécie de vida apresentada, e sim na maneira como a apresenta.” Contudo, Vasconcelos (2002, p. 23) ressalta que o “realismo formal” de Watt é “[...] insuficiente para dar conta da multiplicidade de caminhos percorridos pelos romancistas [...]” da época, com desvios do conceito realista apresentado.

Esse gênero é o reflexo de uma mudança social que ocorria devido a atribuição de realidade à experiência individual e não à tradição coletiva, denunciando uma preocupação com a realidade desde o Renascimento. “As formas literárias anteriores”, a epopeia clássica e renascentista, baseadas na História ou na fábula, seguindo o decoro estabelecido pelo gênero, “[...] refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional” (WATT, 2010, p. 13). O romance propôs a primeira quebra com o tradicionalismo, tendo como fundamento central a experiência individual, portanto essa forma literária abriu um modelo com espaço à originalidade.

Watt (2010), analisando os três originários romancistas, avalia a perspectiva apresentada e o aperfeiçoamento do gênero, apontando que cometeram falhas técnicas evidentes, se comparados aos escritores do final do século.

Essas questões que afetavam a realidade e a verossimilhança, geradas na formação do romance, foram solucionadas na maturidade do gênero com a literatura de escritores como Austen, por apresentar um ponto de vista e opinião intrínsecos à perspectiva da personagem.

Em suma, devemos encarar os romances de Jane Austen como as soluções mais bem-sucedidas de dois problemas narrativos para os quais Richardson e Fielding forneceram apenas respostas parciais. Austen conseguiu conjugar numa unidade harmoniosa as vantagens do realismo de apresentação e as do realismo de avaliação, das abordagens interior e exterior da personagem (WATT, 2010, p. 318).

Jane Austen seguiu seus antecessores, “[...] ao adotar uma atitude mais distanciada com relação a seu material narrativo e ao avaliá-lo a partir de uma perspectiva cômica e objetiva [...]”, no entanto, sem usar o narrador participante, teve liberdade para comentar “[...] como autor confesso [...]”, sendo “[...] tão mais discreta que não afetou substancialmente a autenticidade da narrativa” (WATT, 2010, p. 316).

Dessa maneira, ao ser reconhecida a disseminação do romance e a disposição das mulheres das classes mais altas à dedicação às atividades culturais, popularizou-se a “[...] tendência de livreiros e escritores a dirigem-se especialmente ao público feminino” (WATT, 2010, p. 161). O romance é “[...] um gênero feito sob medida para elas, justamente por centrar-se sobre a vida privada e os assuntos domésticos,

experiências centrais para as mulheres” (VASCONCELOS, 2002, p. 108). De acordo com Watt, a adaptação de Austen ao gênero e seu aperfeiçoamento se devem a sua posição na ordem social. A existência de escritoras e seu aumento expressivo no século XVIII aconteceu como uma consequência da maior instrução e tempo livre da classe média e alta, e as “[...] esferas privadas e públicas [...]” (IRVINE, 2005) limitaram suas funções e o romance foi o “[...] instrumento escolhido por muitas delas exatamente como meio de expressão, de denúncia, de revolta e de recusa de sua situação” (VASCONCELOS, 2002, p. 107).

3. A AUTORA E AS OBRAS

“Os homens tiveram todas as vantagens contra nós, ao contarem sua própria história. Tiveram sempre uma educação muito superior; a pena estava em suas mãos.”¹¹

Jane Austen começou a produzir seus textos desde a infância com registros entre 1787 e 1792 de romances curtos, sendo trechos de manuscritos dessa época usados na composição de seu último romance *Persuasão* (1817). Entre os anos de 1795 e 1796, escreveu *Elinor and Marianne* e *First Impressions*, posteriormente *Razão e Sensibilidade* e *Orgulho e Preconceito*, publicados após muitas revisões no século XIX (IRVINE, 2005).

A escritora teve uma relação próxima aos livros por influência de sua família, de sua classe e da oportuna biblioteca de seu pai. Entretanto, foi após voltar a viver no campo e com mais de 30 anos de idade que seu primeiro romance, *Razão e Sensibilidade* (1811), foi publicado, mas não foi sua primeira tentativa de publicar uma obra. Em 1797, George Austen enviou o manuscrito de *First Impressions* à editora londrina Cadell & Davis, que foi recusado. E no período entre 1801 e 1805, época em que viveu em Bath, quando seu pai se aposentou, conseguiu vender seu manuscrito *Susan* para a editora Crosby & Co., mas não foi publicado e recebeu o total de 10 libras, um valor baixo para a época “[...] but probably a typical payment for a two volume novel from an unknown writer”¹² (IRVINE, 2005, p. 3). Após a publicação de seu primeiro livro, em 1811, e por intermédio de seu irmão, Henry Austen, conseguiu contatar o editor ao qual vendeu *Susan* para negociar os direitos do manuscrito e, dessa maneira, recuperar o romance postumamente publicado como *A Abadia de Northanger* (1817).

Austen recebeu por suas obras, porém não conseguiu retirar renda suficiente para se sustentar junto da mãe e da irmã com a renda de 210 libras por ano deixada pelo pai. Em 1809, Edward, o segundo filho mais velho da senhora Austen, foi adotado como herdeiro de Thomas Knight e convidou as mulheres Austen para viverem com ele em Chawton Cottage, propriedade em Hampshire (IRVINE, 2005).

¹¹ *Persuasão*, p. 613.

¹² “[...] mas provavelmente era um pagamento típico para um romance de dois volumes de uma escritora desconhecida [...]” (tradução nossa)

Segundo Watt (2010), a predominância do jornal possibilitou ao editor, antigo livreiro, experiência para preencher o espaço entre o texto impresso e o público leitor. Dessa maneira, conseguindo uma posição de poder ao ser instrumento intermediário entre os escritores e os leitores. De modo sutil, foi estabelecida uma reforma editorial, que possibilitou aos editores a reivindicação da “[...] literatura da tutela dos mecenas e colocá-la sob o controle de leis do mercado, eles indiretamente contribuíram para o desenvolvimento [...]” do gênero ao dispensar a tradição crítica (WATT, 2010, p. 59). As “[...] mudanças no contexto social da literatura – mudanças que abalaram ainda mais o prestígio dos padrões críticos instituídos [...]” auxiliaram na ruptura dos autores com a tradição literária clássica, visto que a aristocracia crítica e restritiva perdeu parcela do seu controle absoluto da forma literária (WATT, 2010, p. 61).

No entanto, a relação de Austen com as editoras não difere das oportunidades das escritoras de seu tempo, a relação com o mundo editorial continuava restrita e economicamente arriscada (WATT, 2010). As publicações eram uma ocupação pública divergente dos papéis de esposa, mãe e filha estipulados pela teoria da “public sphere”, de Irvine (2005).

[...] the capitalist development of a mass market for books, with the attendant depersonalisation of the relation between writer and reader, made it possible for the woman writer to publish her work without herself becoming the object of public attention [...]¹³ (IRVINE, 2005, p. 15)

Desse modo, a venda de direitos autorais e o distanciamento com a obra como uma opção para as escritoras publicarem, de maneira que enfrentavam um sistema editorial com desafios mais complexos que a má remuneração. As mulheres que escreveram no final do século XVIII comumente optavam pelo anonimato¹⁴ para evitar a crítica pública, evidenciando a importância da figura masculina no processo de publicação, por mulheres não serem reconhecidas com autonomia pela lei e precisavam de representantes para tratar do contrato. Dessa maneira, as negociações com o editor eram feitas por homens da família, no caso de Austen, seus irmãos Edward e Henry foram essenciais no contato com editoras. “Assim, mesmo quando as mulheres adquiriram visibilidade literária e conquistaram para si um lugar na cultura

¹³ [...] o desenvolvimento capitalista do mercado em massa de livros, com a consequente despersonalização da relação entre autor e leitor, possibilitou à escritora publicar seu trabalho sem se tornar objeto de atenção pública [...] (tradução nossa)

¹⁴ A autora assinava com “By a lady” (por uma mulher), ou como pela autora de *Razão e Sensibilidade e Orgulho e Preconceito*

impressa, esse lugar foi definido segundo a ideologia de domesticidade” (VASCONCELOS, 2002, p. 106).

Além das dificuldades estabelecidas pela ordem social, as mulheres cuja possibilidade de publicação era viável se deparavam com o complicado mercado editorial. Robert Irvine (2005, p. 13) apresentou três formas de publicação propostas no início do século XIX: a primeira é “publication by subscription”¹⁵, consistia em encontrar pessoas para investir na produção dos livros, esse modelo não proporcionava riscos financeiros ao autor ou editor, porém demandava do autor ter bons contatos; a segunda delas é “the bookseller took all the financial risk”¹⁶, sistema no qual o autor vendia seus direitos sobre a obra e recebia apenas uma quantia combinada, independentemente do sucesso ou do fracasso de vendas e a última alternativa citada é a “publication on commission”¹⁷, na qual o autor mantém os direitos do livro e cobre o custo de impressão e publicidade, concedendo 10% do valor de cada livro vendido ao editor, de maneira que o risco está com o escritor.

Jane Austen vendeu *Razão e Sensibilidade* (1811) por comissão, recebendo apenas 140 libras e 110 libras pelos direitos autorais de *Orgulho e Preconceito* (1813), sendo ambos os livros bem aceitos pelos leitores e tão bem vendidos que uma segunda edição foi feita em 1813. *Persuasão* (1817) foi publicado por seus irmãos.

Segundo Rossi (2007), as possibilidades de publicação na época, junto com o arranjo social limitador, desenvolveram uma “angústia de autoria”, pela escrita não se encontrar dentro de uma tradição própria e o anonimato impedir que escritoras fossem amparadas por suas predecessoras.

De acordo com Vasconcelos (2002, p. 105), “[...] que as mulheres tenham ousado se aventurar no mundo da literatura é, portanto, em si mesmo um fato notável, dadas as condições adversas que tiveram de suportar”. Segundo Irvine (2005), no contexto do poder local e provinciano, em que afiliações familiares são bem reconhecidas e garantem sua respeitabilidade, publicações que demandavam exposição e publicidade se encontravam fora de cogitação para grande parte das escritoras. No entanto, a autora de seis obras publicadas foi solicitada pela corte que fizesse uma dedicatória ao príncipe regente, futuro George IV, o que não rendeu

¹⁵ “publicação por assinatura” (tradução nossa).

¹⁶ “o livreiro assume todo o risco financeiro” (tradução nossa).

¹⁷ “publicação por comissão” (tradução nossa).

patrocínio, apenas prestígio, de maneira que, quando uma escritora se tornava bem estabelecida como Austen, ficavam menos ansiosas sobre o anonimato.

Entretanto, dentro da ordem social, uma escritora publicada é uma reação à sociedade patriarcal (VASCONCELOS, 2002), mas não de maneira explícita. A literatura feminina é formada nas entrelinhas, como uma subcultura “[...] é no subtexto que a estrutura opositora e hierarquizante do sistema gênero-sexo patriarcal será minada em si mesma, desarticulada, *desconstruída* [...]” (ROSSI, 2007, p. 31). A exposição da escritora tinha críticas implícitas, uma vez que sofreria com a repercussão de sua obra. “The absence of these topics from the conversation of Austen’s characters is thus not accidental, but represents their (and her) adherence to a specific and socially crucial code of behaviour”¹⁸ (IRVINE, 2005, p. 11), moldando escritoras como Jane Austen para se apoiarem no discurso indireto, desenvolvendo um discurso público por meio das personagens, que abrigam o discurso privado.

[...] De modo geral, o romance feminino foi sempre uma história da jornada de sua protagonista em busca de identidade, na maior parte das vezes através do casamento. Foi uma história de aprendizagem, em que a heroína é lançada para fora do espaço protegido da casa e da família e obrigada a enfrentar as agruras e atribulações do mundo exterior [...] (VASCONCELOS, 2002, p. 113).

Segundo Vasconcelos (2002, p. 114), a forma do romance feminino, apesar de subjugado “[...] se equilibrou precariamente, desenhando retratos ficcionais de mulheres que procuraram recobrir toda a gama de papéis que a sociedade setecentista lhes destinara[...]”, conseguindo realizar “[...] a grande vocação do novo gênero, isto é, a tematização dos embates sobre o indivíduo diante da ordem social [...]”, sendo de grande importância sociológica.

Austen conseguiu conjugar numa unidade harmoniosa as vantagens do realismo de apresentação¹⁹ e as do realismo de avaliação²⁰, das abordagens interior e exterior da personagem; seus romances têm autenticidade sem dispersão nem artifícios, sensatos comentários sociais sem necessidade de um ensaísta loquaz e uma percepção de ordem social que não é conquistada às custas da individualidade e da autonomia das personagens (WATT, 2010, p. 318).

¹⁸ “A ausência desses tópicos na conversa das personagens não é, portanto, acidental, mas representa adesão deles (e dela) a um código de comportamento específico e socialmente crucial” (tradução nossa).

¹⁹ “[...] refere-se a problemas mais restritos e técnicos ... está ligado ao discurso [...]” (FARAFH; JUNQUEIRA, 2018, p. 57).

²⁰ “[...] trabalha a intensidade e seriedade moral; busca por sabedoria responsável nas relações de seus personagens [...]” (FARAFH; JUNQUEIRA, 2018, p. 56).

Considerando que um novo ideal feminino foi estabelecido com autores iniciais do romance, como Samuel Richardson, que em suas obras fazia “[...] a defesa intransigente da virtude e dos padrões morais de sua personagem e punha em segundo plano o modelo aristocrático do feminino baseado em valores externos como riqueza, nome e título [...]” compunha um novo padrão “[...] calcado em valores pessoais e subjetivos [...]” (VASCONCELOS, 2002, p. 79), cuja popularização se deu junto com a discussão dominada por homens na crítica literária do século XVIII, sobre quais livros contribuiriam amplamente para as discussões “polite”, por meio de periódicos e críticos que seguiam esse viés do comportamento social (IRVINE, 2005, p. 21).

Desse modo, os romances, assim como os periódicos, “[...] foram igualmente utilizados para fins educativos graças ao seu grande apelo popular e transformados em precioso instrumento pedagógico” (VASCONCELOS, 2002, p. 146).

Em contraponto, Jane Austen tratou, em suas obras, por intermédio de uma heroína, do cotidiano normalmente rural de um grupo familiar, seus amigos e vizinhos. Pelo discurso de suas personagens, critica os costumes da época e a situação feminina. No livro *Jane Austen: a collection of critical essays*, organizado por Ian Watt (1963), são estabelecidos pelos autores do meio do século XX artigos sobre as obras e suas principais características estilísticas, sendo sintetizadas por Farath e Junqueira (2018, p. 47) como “[...] a ironia; o universo feminino; a crítica à sociedade da época; as descrições detalhadas; os ricos diálogos [...]”, inseridos dentro do subtexto do romance feminino exposto por Rossi (2007). Contudo, o que aponta Hobsbawm (2001, p. 84), de acordo com a situação de revoluções e período de guerras, é que há uma política

[...] inteiramente impossível, pois somente Estados em campanhas militares limitadas e com forças regulares estabelecidas poderiam ter esperanças de manter a guerra e os problemas domésticos em compartimentos estanques, como faziam exatamente nesta época as senhoras e cavalheiros britânicos dos romances de Jane Austen [...].

Persuasão e *Orgulho e Preconceito* são as obras cujas tramas mais evidenciam a Inglaterra revolucionária. Em *Orgulho e Preconceito*, com a campanha militar próxima à propriedade de Longbourn, contando com a passagem do regimento pela cidade, Meryton, frequentada pela família Bennet e com o envolvimento do oficial Wickham e Lydia, a mais jovem das irmãs Bennet. Enquanto em *Persuasão*, a presença da marinha é utilizada como fonte de proximidade entre as guerras travadas

com a França, uma vez que apresenta uma forma de adquirir riqueza com o Capitão Wentworth, subindo socialmente com o serviço na marinha inglesa, derrubando navios inimigos. Segundo Said (2011), os autores até metade do século XX tratam de terras coloniais e forças militares nesse espaço, como acontece em *Persuasão*, com os relatos da passagem da marinha pelos portos no Caribe e na Índia, com o ponto de vista europeu ocidental colonizador sem preocupação com sua posição opressora, de modo que a relação proposta do romance com o mundo político de Austen seja estanque, na qual não é protagonista e utilizada de maneira atenuada a fim de construir e enriquecer as personagens.

De acordo com Farath e Junqueira (2018), *Orgulho e Preconceito* apresenta uma dose de ironia e humor tanto intrínseca ao narrador onisciente quanto as personagens. A partir do conhecimento do noivado de Jane e Bingley, o narrador apresenta a reação de uma personagem que não aprovava a união com “[...] Os parabéns da srta. Bingley ao seu irmão pelo iminente casamento foram tão afetuosos quanto insinceros [...]” (AUSTEN, 2013, p. 465) e com a descoberta das personagens de que Elizabeth e Darcy estavam noivos, o sr. Bennet promove o seguinte diálogo: “[...] – Admiro muito todos os meus três genros – disse ele – Wickham talvez seja o meu predileto, mas acho que vou gostar tanto do *seu* marido quanto do de Jane [...]” (AUSTEN, 2013, p. 463). É necessário ressaltar que Wickham fugiu com Lydia, a filha mais jovem do senhor Bennet, e seus outros genros eram herdeiros ricos noivos de suas duas filhas mais velhas. Esse romance, no entanto, não elucida apenas a estrutura narrativa como explora a construção de personagens femininas diversas, ao procurar somente dentro do núcleo familiar Bennet tem-se desde a mulher pensante, com Elizabeth, à mulher polida, com Mary, seguindo os livros de conduta feminina, idealizada pela classe média.

A personagem do romance, segundo Candido (1970), apresenta variações de aprofundamento, pois essa, apesar de ser um elemento narrativo, se mantém intrínseca ao enredo e se desenvolve conforme sua importância para o desfecho. Esse movimento se deu na literatura pelo processo de individualização social na ascensão do romance e é desenvolvido dentro do conceito de realismo formal (WATT, 2010), que Candido (1970) configura como a passagem do enredo complicado e personagens simples para enredo simples e personagens complicados.

Dentro do universo de *Razão e Sensibilidade*, é exposta a dualidade do comportamento feminino entre duas irmãs. Elinor, a protagonista, defende o agir

polido e conseqüentemente coloca os sentimentos longe de suas ações, enquanto, “[...] Marianne, on the other hand, sees private sentiment and public behaviour as continuous with one another [...]”²¹ (IRVINE, 2005, p. 55), assim caracterizando a oposição das personagens como peças-chaves para o desenvolvimento do enredo, promovendo equilíbrio nas decisões do ambiente doméstico.

Em *Razão e Sensibilidade*, é identificada a crítica à ordem social, com leis como a “*primogeniture*” (IRVINE, 2005, p. 6), que beneficiavam os homens primogênitos, garantido que herdassem terras, afetando diretamente a vida dos núcleos familiares e, conseqüentemente, influenciando o desfecho das tramas com a mudança das mulheres Dashwood para outro condado na finalidade de viver com o dinheiro deixado pelo pai e de não depender²² inteiramente da boa vontade do irmão, Henry, e da nora “egoísta”, uma vez que são responsáveis pela quantia disponibilizada e pelo futuro dote das irmãs (AUSTEN, 2013, p. 10).

Em *Persuasão*, há uma quebra com os modelos anteriores. Nesse romance, a protagonista, Anne, filha do Lorde Elliot, conhece Wentworth, de origem menos prestigiada, e são impedidos de se casar até que oito anos depois se reencontram com ele em melhor situação econômica e casam-se. Seguindo o formato das heroínas de Austen, Anne se casa por amor. Segundo Irvine (2005), em *Persuasão*, devido ao envolvimento prévio das personagens, o discurso indireto é bem aproveitado para expor os pensamentos da personagem de maneira crítica e profunda.

[...] ‘Tão mudada que quase não a reconheceu!’ Aquelas eram as palavras que não podiam deixar de gravar-se em sua mente. No entanto, ela logo começou a alegrar-se por tê-las ouvido. Eram palavras sedativas; acalmaram a agitação; trouxeram-na à realidade e, portanto, a fizeram mais feliz. Frederick Wentworth valera-se de tais palavras ou de outras parecidas que sem imaginar que fossem contadas a ela. Ele a achara terrivelmente mudada, e no primeiro momento em que foi questionado dissera o que sentia. Ele não havia perdoado Anne Elliot. Ela o maltratara, o abandonara e o decepcionara e, o que era pior, havia demonstrado certa fraqueza de caráter ao fazer aquilo, algo que seu temperamento determinado e confiante não podia tolerar [...] (AUSTEN, 2013, p. 506).

Seguindo uma análise de Virginia Woolf, com base na última obra publicada de Austen, suas personagens se mostram mais reflexivas e a narração disponibiliza mais descrições de emoções do que de fatos. Dessa maneira, Woolf teoriza que, se Austen não tivesse morrido aos 42 anos de idade, sua realidade seria mais afetada

²¹ “[...] Marianne, por outro lado, vê o sentimento privado e o comportamento público como uma extensão um do outro [...]” (tradução nossa)

²² As mulheres Dashwood dependiam do filho/irmão mais velho, pois a propriedade na qual moravam foi herdada por ele e apenas uma quantia foi salva a elas.

pela vida de escritora publicada e seu mundo doméstico seria expandido, concluindo que “[...] she would have devised a method, clear and composed as ever, but deeper and more suggestive, for conveying, not only what people say, but what they leave unsaid: not only what they are, but what life is”²³ (WOOLF, 1963, p. 23).

²³ “[...] ela teria inventado um método, claro e composto sempre, mas mais profundo e sugestivo, para transmitir, não apenas o que as pessoas dizem, mas o que elas deixam de dizer: não apenas o que são, mas o que a vida é [...]” (tradução nossa).

4. COMO A ORDEM SOCIAL AFETAVA CLASSE E GÊNERO NA LITERATURA DE JANE AUSTEN

“Isso é justo? Será que minhas ideias são tão poucas?”²⁴

No primeiro capítulo, foi abordada a construção das esferas pública e privada, que compunham fundamentalmente a classe intermediária (IRVINE, 2005), de modo que um recorte de gênero e classe foi marcado devido à renovação econômica (HOBSBAWM, 2001). Além da delimitação literária, em conteúdo e disseminação, o segundo capítulo apresentou a autora lidando com o mercado editorial na publicação de suas obras, apontando as condições de escrita limitadoras no contexto social do final do século XVIII e início do século XIX (VASCONCELOS, 2002).

“O estilo fundamental da vida e da arte aristocrática permanecia enraizado no século XVIII, embora consideravelmente vulgarizado pela adesão dos novos ricos enobrecidos” (HOBSBAWM, 2001, p. 293). Vasconcelos (2002, p. 92) “aborda as relações entre o romance e a história” com os escritores da origem do gênero, de maneira que a influência entre a sociedade e o universo literário se formou por intermédio de uma construção assertiva das personagens e do enredo dentro dos limites da verossimilhança narrativa. Essa ordem social chega na literatura setecentista pelo romance como uma configuração de ideais, perspectivas sociais e morais, que são perpetuadas e criticadas dentro desse espaço ficcional pelo realismo (WATT, 2010) e proporcionadas pela verossimilhança, “[...] que depende em princípio da possibilidade de comparar o mundo do romance com o mundo real [...]”, partindo da estrutura narrativa “[...] quando todos os elementos deste estão ajustados entre si de maneira adequada [...]” (CANDIDO, 1970, p. 75).

Vasconcelos (2002 p. 30) complementa a crítica de Candido sobre o romance, afirmando, “[...] desde que todos os seus elementos internos estejam organizados em um todo perfeitamente orgânicos [...]” até “[...] mesmo os traços mais irrealistas²⁵ podem se tornar verossímeis [...]”. A partir desse conceito de contato com a realidade, as marcas de classe e gênero serão apontadas em três das seis obras publicadas de Jane Austen.

²⁴ *Razão e Sensibilidade*, p. 35.

²⁵ Irrealista se refere a uma coincidência pouco provável, mas não impossível de acontecer fora do universo literário (CANDIDO, 1970).

4.1 Influências de classe

“English society in the long eighteenth century can thus be divided politically into three groups: aristocracy, gentry and everyone else”²⁶

Nos romances de Jane Austen, é possível reconhecer a maior incidência das protagonistas *middling sort*, segundo Irvine (2005), as personagens se desenvolvem no espaço rural com determinados privilégios e restrições.

A mobilidade entre localidades onde se passam as narrativas apresentam personagens cujas classes permitem viagens, ação não comumente realizada devido ao alto custo e à difícil locomoção, carruagens em estradas precárias por longos percursos ainda sendo aperfeiçoados (HOBSBAWM, 2001, p. 25). A literatura de Austen propõe lugares dentro da Inglaterra, em sua maioria propriedades ficcionais que fazem parte de regiões verdadeiras, formando um recorte social, definido por Franco Moretti (2003, p. 24) como “[...] de um lado a ‘Grã’-Bretanha em processo de industrialização da época de Jane Austen; de outro, a Inglaterra pequena e homogênea dos romances de Austen [...]”, referente ao mundo do *middling sort* (IRVINE, 2005).

Essa “[...]Inglaterra pequena e homogênea [...]” é definida dentro de *Orgulho e Preconceito e Razão e Sensibilidade* pela disposição da grande cidade aos leitores quando “[...] não mostram ‘Londres’, mas apenas uma porção pequena e monocromática dela: o West End²⁷. Esta não é realmente uma cidade: é uma classe [...]” (MORETTI, 2003, p. 89).

Tem-se, em *Persuasão*, Bath²⁸, localizada na costa inglesa como lugar do desfecho de Anne Elliot, filha de um lorde, que mesmo sendo a mais negligenciada entre suas irmãs e a família passando por um declínio econômico, vive uma rotina de passeios de carruagem com sua amiga Lady Russell e idas ao teatro. Entretanto, como aponta Moretti (2003), é a única das heroínas de Austen sem um lugar definido pelo casamento, pois seu companheiro, Capitão Wentworth, é um novo rico do exército, cuja fortuna não é a consolidada pela família, como no caso de Fitzwilliam Darcy e Edward Ferrars.

²⁶ “[...] A sociedade inglesa no longo século dezoito pode, portanto, ser dividida politicamente em três grupos: aristocracia, pequena nobreza e todos os demais [...]” (IRVINE, 2005, p. 5). (tradução nossa).

²⁷ “[...] a primeira área ‘residencial’ da cidade, onde os habitantes não trabalham (como trabalham em Gracechurch Street), mas simplesmente ‘moram’ [...]” (MORETTI, 2003, p. 89).

²⁸ A família Austen se mudou para Bath quando o patriarca se aposentou, sendo um lugar reconhecido pela alta sociedade como destino no verão.

A localização é uma referência de poder e motivo de conflito de classes, como aponta, em *Orgulho e Preconceito* (2013, p. 257), uma conversa nas propriedades de Netherfield entre as irmãs de Bingley, julgando as relações da família Bennet, especificamente as chances de suas filhas terem um bom desfecho econômico.

[...] –...com parentes tão baixos, receio que sejam poucas as suas possibilidades de sucesso.

– Creio ter ouvido você dizer que o tio delas é advogado em Meryton.

– Sim; e elas têm outro, que vive perto de Cheapside²⁹.

– Gente muito importante! – acrescentou e ambas deram gargalhadas [...]

É necessário destacar a diferença do estilo de vida entre aqueles que estão em Meryton e Cheapside e o grupo londrino de Bingley, como sendo o rendimento monetário e suas diferentes relações com a capital, assim o distanciamento com o mercado proporciona a manutenção do bom nome da família Bingley dentro da hierarquia social, enquanto a proximidade da família Bennet com o mercado e a ascensão de classe pela renovação econômica não proporcionou prestígio hierárquico de classe (IRVINE, 2005, p. 66). Em suma, como a crítica de Elizabeth sobre o comportamento dos ricos, cuja fortuna foi feita no comércio, estabelece que “[...] eram de uma respeitável família do norte da Inglaterra; circunstância mais profundamente gravada em sua memória do que o fato de a riqueza do irmão e delas mesmas ter sido obtida no comércio [...]” (AUSTEN, 2013, p. 244).

Contudo, a opinião de que o lugar social que ocupa afeta prejudicialmente suas relações encontra-se impopular para o próprio sr. Charles Bingley, que contesta as irmãs exclamando: “[...] se elas tivessem uma quantidade de tios suficiente para lotar *todo* o Cheapside, isto não as tornaria nem um pouquinho menos encantadoras [...]”. Em contraponto, a opinião do sr. Darcy antes dessa conversa, com o narrador expondo suas impressões sobre o primeiro baile de que participou em Meryton, concorda com a visão das irmãs Bingley “[...] vira um grupo de pessoas em que não havia beleza nem elegância, por nenhuma das quais sentira o mínimo interesse e das quais não recebera nem atenção, nem prazer [...]” (AUSTEN, 2013, p. 245).

Como proposto por Irvine (2005, p. 64), apesar de Bingley fazer parte de uma camada social privilegiada, a relação dele com Darcy evidencia o momento de transição dos novos ricos juntos aos aristocratas de terra e herança, quando aceita com grande consideração os conselhos de Darcy, estabelecendo possivelmente a

²⁹ “Cheapside” significa “Lado barato”.

relação mais importante para o final da história, pois, com a mudança do sr. Darcy em relação à discriminação social, foi possível o desfecho do romance.

Com as personagens lady Catherine, de *Orgulho e Preconceito*, e sir Elliot, de *Persuasão*, é apresentada a aristocracia a partir da perspectiva de “[...] apreciação de separação de classes [...]” e manutenção de uma linhagem (FARATH; JUNQUEIRA, 2018, p. 49). Lady Catherine, ao defender o casamento planejado de Darcy e da srta. De Bourgh, se posiciona contra um possível relacionamento de Elizabeth e Darcy, quando percebe que ela pode ser uma ameaça à ordem familiar.

[...] Minha filha e meu sobrinho foram feitos um para o outro. Descendem, por parte de mãe, da mesma nobre linhagem; e por parte de pai, de famílias respeitáveis, honradas e antigas, embora sem títulos de nobreza. De ambos os lados, a fortuna é imensa. Foram destinados um ao outro pelo desejo de cada um dos membros de suas respectivas casas; e o que vai separá-los? As pretensões improvisadas de uma jovem sem família, sem ligações, sem dinheiro. Isso é intolerável! Mas isso não deve acontecer, não vai acontecer. Se você soubesse o que é bom para si mesma, não iria querer abandonar o ambiente em que foi criada [...] (AUSTEN, 2013, p. 449).

Considerando que a opinião de lady Catherine era baseada na sua posição, como o “[...] marriage was the principal way of consolidating the economic power of families, the wealthiest landowners might marry off their children only among themselves [...]”³⁰ (IRVINE, 2005, p. 25). Contudo, o casal protagonista não segue a racionalidade econômica dentro das classes e se posta no contexto de mudança ideológica, no qual o arranjo de casamento entre classes sociais distintas seria discutido num romance (WATT, 2010).

Enquanto, com sir Elliot, o apreço a sua posição social difere da situação de lady Catherine em *Orgulho e Preconceito*, pois mesmo com o conforto de um título sua vida é afetada por sua má administração de renda, diferente de “[...] quando lady Elliot estava viva, havia método, moderação e economia, o que o manteve dentro dos limites de suas rendas; mas com ela morrera toda essa sensatez, e a partir de então ele passou a estourar regularmente o orçamento [...]” (AUSTEN, 2013, p. 475), apontando que dentro do ambiente doméstico é necessário um alguém responsável pelo equilíbrio dos gastos. Desse modo, a personagem é sintetizada na primeira página do romance, quando o narrador declara seu livro favorito:

[...] Sir Walter Elliot, de Kellyinch Hall, no condado de Somerset, era um homem que, para diversão, nunca abria nenhum livro, a não ser o *Baronetage*, nele encontrava ocupação para as horas de ócio e consolo nas horas amargas; nele se exaltavam suas faculdades de admiração e respeito,

³⁰ “[...] casamento era a principal maneira de consolidar o poder econômico das famílias, os donos de terras mais ricos deveriam casar seus filhos somente entre eles mesmos [...]” (tradução nossa).

pela contemplação dos poucos remanescentes da antiga nobreza [...] (AUSTEN, 2013, p. 471).

Com essa colocação, a relevância social intrínseca sendo indispensável para as relações prezadas pelo patriarca da família Elliot, se mostrou de grande relevância para o desenrolar da trama, junto ao movimento da família para Bath, uma vez que Kellyinch Hall seria alugada como uma medida para conter custos. Entretanto, o casal Croft, que aluga a propriedade conhece a família Elliot antes do tempo narrado no romance, pois oito anos antes a protagonista Anne se envolveu com Wentworth, irmão da sra. Croft, um recém-recrutado da marinha inglesa cuja família não tinha tanto prestígio ou posses, dessa maneira, sendo persuadida a recusá-lo quando foi pedida em casamento.

Com o desenvolvimento do problema, a história pode ter seu desfecho em Bath, com o reencontro de uma Anne madura e um capitão Wentworth para resolverem seus desacordos com a situação em que a primeira proposta de casamento foi feita. Anne quebra com a continuidade do paradigma instaurado, seguindo uma vida diferente de suas irmãs, e seu pai que vive para o livro da história da família e seu título de *sir* (IRVINE, 2005).

Em *Razão e Sensibilidade*, a personagem com influência que impulsiona o rumo da narrativa não tem um título nem se opõe à união do casal protagonista. John Dashwood “[...] não era um rapaz de má índole, a não ser que ser algo frio e egocêntrico signifique ter má índole, mas era, em geral, respeitado, pois se portava com propriedade no cumprimento dos deveres ordinários [...]” (AUSTEN, 2013, p. 10).

O romance se inicia em Norland, propriedade do patriarca Dashwood, que teve um filho no primeiro casamento, John, e três filhas, Elinor, Marianne e Margaret, no segundo casamento. Nesse contexto, o sr. Dashwood, uma vez que não se preparou para “[...] poupar uma soma considerável [...]”, pediu ao filho que fizesse “[...] a defesa dos interesses da madrasta e das irmãs [...]” (AUSTEN, 2013, p. 10), pois a propriedade seria herdada por ele e apenas mil libras seriam deixadas para cada uma das mulheres Dashwood. Entretanto, o valor de auxílio não foi estipulado pelo pai e John optou pelo menor prejuízo, uma vez que

[...] ele falava com tanta frequência das crescentes despesas da casa e das perpétuas e incalculáveis exigências feitas ao seu bolso, a que um homem de certa posição na sociedade está exposto, que antes parecia necessitado de mais dinheiro do que disposto a gastar o que tinha [...] (AUSTEN, 2013, p. 23).

Segundo Watt (1963, p. 41), “[...] we cannot, for example, see the characters clearly until we make allowances for the social order in which they are rooted”³¹. De acordo com a negligência prestada por John, as Dashwood se mudaram para Barton a pedido de um parente distante, *sir* John Middleton, que as amparou. Segundo Hobsbawm (2001), havia uma política no final do século XVIII que promovia a assistência das classes mais altas para com as classes mais baixas, como uma resposta à desigualdade pelo movimento liberal, de maneira que personagens como sr. Darcy, lady Catherine, *sir* John, coronel Brandon e John Dashwood atendem de formas diferentes em suas narrativas.

Dessa maneira, as motivações de John Dashwood em manter sua posição fizeram a família central da narrativa se estabelecer onde tudo acontece; em Barton conhecem o coronel Brandon, que viria a se casar com Marianne e disponibilizar uma posição no comando clérigo para o deserddado de alta classe Edward Ferrars se sustentar, possibilitando a união com Elinor Dashwood, após resolvidos os mal entendidos quanto ao estado do compromisso de sr. Ferrars com Lucy Steele. A construção de personagens da aristocracia se dispôs nessa dualidade, na qual um criou o movimento da trama principal e os outros a resolveram por meios econômicos.

4.2 Marcas de gênero

Dentro do contexto da classe intermediária e aristocrática, os gêneros são afetados de modos diferentes dentro de uma mesma classe, existindo uma discrepância na relação de poder da mulher e do homem na sociedade. Entre os grupos aristocráticos dos livros de Austen, em *Orgulho e Preconceito*, sr. Darcy, o mais rico herói de seus romances “[...] tem melhores meios para [...]” administrar sua herança. Dessa maneira, tem a possibilidade de casar-se com alguém de uma posição hierárquica inferior, como Elizabeth Bennet, sem maiores problemas, além de seu problemático orgulho e objeções de familiares como lady Catherine. Situação contrária à de seu primo, coronel Fitzwilliam, que, durante uma conversa com Elizabeth sobre renúncia e dependência, enquanto ela visitava Charlotte em Kent, declara:

[...] – Falo por experiência. Um filho mais moço deve acostumar-se com a renúncia e a dependência.

– Na minha opinião, o filho mais moço de um conde não pode saber muito sobre nenhuma dessas duas coisas. Falando sério, o que vocês sabem sobre

³¹ “Não podemos, por exemplo, enxergar claramente as personagens até que façamos concessões para a ordem social na qual estão enraizados” (tradução nossa).

renúncia e dependência? Quando foram impedidos por falta de dinheiro de ir aonde queriam ou de conseguir algo que desejavam?

– Estas são questões domésticas... e talvez eu não possa dizer que tenha passado por muitas dificuldades desse tipo. Mas, em matérias de maior gravidade, eu posso sofrer por falta de dinheiro. Os filhos mais moços não podem casar quando quiserem.

– A menos que gostem de mulheres ricas, o que parece acontecer com muita frequência [...] (AUSTEN, 2013, p. 245).

Com a sociedade patriarcal forte no século XVIII, a decisão da união partia primordialmente do pai. O controle parental, com base na dependência financeira, era uma ação comumente feita entre famílias aristocráticas e a alta *middling sort*, pois, com a decisão financeira partindo dos pais, os filhos seriam facilmente manipulados pela herança (IRVINE, 2005, p. 24). Situação que não acontece em *Razão e Sensibilidade*. Edward Ferrars é controlado economicamente por sua família até que seu noivado com uma moça sem grande dote ou posição social fosse revelado. Sr. Ferrars é deserdado, contudo não se casa com srta. Steele.

A herança aponta uma disparidade, pessoas nas classes mais baixas não tinham posses substanciais a que herdar e as mulheres, até nas classes mais altas, dependiam do poder legislativo para ter o direito de herdar. O forte patriarcalismo influenciava nas leis, estabelecendo que mulheres não tinham posses, a não ser em casos como o de “[...] uma viúva, ela herdaria propriedades de seu falecido marido [...]” (IRVINE, 2005, p. 24), de maneira que é exposta por *lady* Catherine de Bourgh durante uma conversa sobre heranças com Elizabeth, citando sua mãe, cujas propriedades de seu marido seriam passadas para o parente homem mais próximo, diferentemente de sua situação, que manteve as propriedades após a morte de seu marido:

[...] – Acho que a propriedade de seu pai está destinada a passar em morgadio para o sr. Collins. Por você – virando-se para Charlotte –, estou contente com isso; não vejo, porém, razão para se transmitirem em morgadio as propriedades por linha feminina. Isso não era tido como necessário na família de sir Lewis de Bourgh [...] (AUSTEN, 2013, p. 335).

Durante a narrativa de *Orgulho e Preconceito*, é apontado que as cinco irmãs Bennet têm dotes insuficientes e se não se casarem, quando o patriarca falecer, dependerão de parentes, situação que vem a acontecer em *Razão e Sensibilidade*, com as mulheres Dashwood sujeitadas ao irmão herdeiro. O dinheiro é apresentado como motivação para o desenrolar dos livros, sobretudo na forma como o poder monetário se encontra na descrição ou na apresentação das personagens masculinas, sendo inseridas as posses familiares ou o rendimento anual de sua

fortuna, enquanto as mulheres são deixadas pelo valor de seu dote ou renda do marido. As obras reforçam as formas como as mulheres são desamparadas naquela época da sociedade inglesa (VASCONCELOS, 2002).

Como ressalta Marvin Mudrick (1963, p. 78-79), ironicamente, a questão da sra. Bennet: “[...] the problem of getting her daughters married, however, involves her much more directly in the tensions and progress of the narrative [...]”³². Em seu artigo, Mudrick destaca que a interferência da sra. Bennet causou atenuantes na trama, como pretendentes se afastando de suas filhas por sua “[...] irrepressible vulgarity in discussing Jane’s prospective marriage to Bingley which convinces Darcy that any alliance with Mrs. Bennet’s Family – for his friend or for himself – would be imprudent and degrading [...]”³³.

Diferentemente da situação da sra. Dashwood, de *Razão e Sensibilidade*, cujo incentivo ao relacionamento de Willoughby e Marianne, apesar de mais explícito no ambiente familiar do que na esfera pública, foi estruturado na conduta dos dois, na troca de cartas, na passionalidade de suas ações e, especialmente, do comportamento de alguém engajado em um compromisso, ocasionando o julgamento de Elinor, seguidora da conduta *polite*, e uma permissividade da sra. Dashwood na certeza de haver uma aliança, que, no final do romance, após a doença de Marianne, quando as personagens descobrem que, na realidade, Willoughby não havia pedido Marianne em casamento e casou-se por dinheiro com uma herdeira, foi transferida com ponderada emoção ao coronel Brandon (AUSTEN, 2013, p. 206-207).

No contexto de *Orgulho e Preconceito*, “[...] a pressão para o casamento não estava direcionada apenas à mulher [...]” (FARATH; JUNQUEIRA, 2018, p. 48-49), foi estabelecido na primeira frase do livro, “[...] É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro e muito rico precisa de uma esposa [...]” tanto que “[...] tal verdade está tão bem arraigada na mente das famílias que o rodeiam, que ele vem a ser considerado propriedade legítima de uma que outra de suas filhas [...]” (AUSTEN, 2013, p. 237).

Entretanto, segundo Vasconcelos (2002), as mulheres se encontravam nesse contexto de maneira bem limitada, com o casamento como opção de sustento, de

³² “[...] o problema de casar suas filhas, no entanto, envolve-a muito mais diretamente nas tensões e no progresso da narrativa [...]” (tradução nossa).

³³ “[...] vulgaridade irreprimível ao discutir o futuro casamento de Jane com Bingley, o que convence Darcy de que qualquer aliança com a família da sra. Bennet – para seu amigo ou para si mesmo – seria imprudente e degradante [...]” (tradução nossa).

maneira que personagens como a sra. Bennet priorizam o “good marriage”³⁴ para suas filhas, desviando de certos decoros da esfera pública, sendo em sua situação possível apoiar uma aliança conveniente, tal como o pedido de casamento do sr. Collins à Elizabeth, cuja recusa teve de ser longa e finalizada com “[...] não pense que eu seja uma mulher elegante com intenções de atirá-lo, mas uma criatura racional que fala do fundo do coração [...]” (AUSTEN, 2013, p. 302), tanto pelo apoio da mãe quanto pelos padrões sociais perpetuados por Collins, que logo em seguida casa-se com Charlotte, amiga e vizinha de Elizabeth, cuja situação e perspectiva de um casamento com Collins era vantajosa e aceitável.

Jane Austen “[...] as a novelist she presented all her characters in terms of their relation to a fixed code of values [...]”³⁵ (WATT, 1963, p. 43) e, na sociedade do século XVIII, havia um código específico de conduta (IRVINE, 2005), denunciado por intermédio dos “[...] speech habits of the characters are also a means not only of psychological description but of placing each individual in Jane Austen’s total scheme [...]”³⁶ (WATT, 1963, p. 43). Em suas obras, é exposto o discurso que deveriam seguir, geralmente os personagens da aristocracia. Durante uma conversa entre os irmãos Bingley e o sr. Darcy perto de Elizabeth, em Netherfield, os padrões desejados são exemplificados.

[...] – Todas elas [mulheres] pintam mesas, forram biombos e fazem bolsas de malha. Conheço pouquíssimas que não façam tudo isso e tenho certeza de que nunca ouvi alguém se referir pela primeira vez a uma jovem senhorita sem mencionar que ela é muito prendada.

– A sua lista das prendas mais comuns – disse Darcy – é muito bem observada. A palavra é aplicada a muitas moças que só a merecem por fazerem bolsinhas de malha ou forrarem biombos. Mas estou muito longe de concordar com você, na sua avaliação das mulheres em geral. Não posso gabar-me de conhecer mais que meia dúzia delas, entre todas as minhas relações, que sejam realmente prendadas [...] (AUSTEN, 2013, p. 259).

A partir dessa idealização, Elizabeth Bennet assume uma contestação sobre esses padrões exigentes:

[...] – Tudo isto ela deve ter – acrescentou Darcy –, e a tudo isso ela deve acrescentar algo mais essencial: o cultivo da inteligência pelas amplas leituras.

– Já não estou surpresa por você conhecer só seis mulheres prendadas. Meu espanto agora é por você conhecer *tantas*. [...] (AUSTEN, 2013, p. 259).

³⁴ “‘bom casamento’ é uma expectativa, geralmente das mulheres sem posses e possibilidade de trabalhar, de procurar um casamento com um homem rico (IRVINE, 2005, p. 26).

³⁵ “[...] como romancista ela apresentou todas as suas personagens em termos de sua relação com o código fixo de valores [...]” (tradução nossa).

³⁶ “[...] hábitos de discurso das personagens também são um meio não apenas de descrição psicológica, mas de colocar cada indivíduo no esquema total de Jane Austen [...]” (tradução nossa).

No contexto histórico-social inglês, a educação destinada aos homens foi disponibilizada a “[...] uma pequena e normalmente muito rica minoria de garotas no século XVIII”, compreendendo a educação apresentada nos livros, dessa realidade sem fins profissionais, apresentando a maioria das mulheres centradas e educadas no ambiente doméstico, da esfera privada (IRVINE, 2005, p. 27), de modo que se espera das mulheres que sejam habilidosas, bonitas e contidas para representar sua família, como as irmãs Dashwood são analisadas para o *sir* John Middleton, de *Razão e Sensibilidade*, sendo o suficiente para julgar uma moça “[...] as srtas. Dashwood eram jovens, bonitas e naturais. Isso era o bastante para garantir a sua [*sir* John] boa opinião, já que ser natural era tudo o que uma moça bonita podia querer para tornar sua alma tão cativante quanto sua pessoa [...]” (AUSTEN, 2013, p. 26-27).

Nessa circunstância, a habilidade narrativa de Austen (WATT, 2010) permite que o desenvolvimento de suas personagens, Elinor Dashwood, Elizabeth Bennet e Anne Elliot, se manifestem pela descrição ou com diálogos, ao serem tratadas como adornos sociais. Contando com outras personagens fazendo esse papel questionador da estrutura social patriarcal, em *Persuasão* (AUSTEN, 2013, p. 512), durante uma conversa entre irmãos – a sra. Croft e o capitão Wentworth – sobre a presença de mulheres em navios de guerra, acompanhando seus maridos ou viajando ao seu encontro, o capitão Wentworth se posiciona contra, definindo que não é ambiente para uma dama pela falta de acomodações e companhia, enquanto sua irmã retorquiu: “[...] odeio ouvi-lo falar como um cavalheiro delicado e como se todas as mulheres fossem delicadas, e não seres racionais. Nenhuma de nós espera navegar por águas calmas a vida inteira[...]”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar os elementos referentes à classe e gênero, estabelecidos nos romances de Jane Austen. A partir da análise sobre a autora, em seu contexto de produção e de publicação, inserida em uma sociedade com oportunidades limitadas, é reconhecido o privilégio pela posição social que ocupava na *middling sort* rural e seu contexto geral educacional, entretanto seu gênero moldou sua perspectiva literária e a relação com seu meio social, como aponta Vasconcelos (2002).

Por intermédio de uma análise sobre o romance, de sua formação inicial até a consequente influência de Jane Austen na literatura, cuja crítica elaborada por Watt (2010) revela que a participação das mulheres se deve ao cenário do final do século XVIII. A possibilidade da inicial aceitação das mulheres na literatura, determinada por sua participação significativa no romance, foi apresentada na reestruturação de papéis sociais com a ascensão econômica da classe média e na quebra formal com a escrita clássica. O romance, como gênero, propiciou num ambiente aceitável as condições sociais da época, considerado “[...] feito sob medida para elas, justamente por centrar-se sobre a vida privada e os assuntos domésticos, experiências centrais para mulheres [...]”.

Como foi indicado por Ian Watt (2010, p. 318), na literatura de Austen é evidenciada uma aprimoração técnica do romance, utilizando o narrador para atenuar a parcialidade dos pontos de vista apresentados, como acontece em *Orgulho e Preconceito*. Se comparada aos autores que originaram o gênero, “[...] apresentando uma visão das normas ideais do sistema social [...]”, Jane as aplica “[...] às personagens e suas situações com maior seriedade e discernimento [...]”, aprofundando em questões morais e sociais levantadas pelo individualismo, sem perder as denúncias no subtexto do romance, como analisa Rossi (2007). Segundo Rossi (2007), uma autora publicada na época de Austen resistia com suas críticas nas entrelinhas do texto, para corresponder aos padrões morais idealizados às mulheres, na esfera social privada.

Essa ordem social de gênero e classe é apresentada na literatura de Jane Austen por intermédio de personagens diversas. A habilidade descritiva de Austen possibilitou uma abordagem em que a classe fosse tratada, majoritariamente centrada no *middling sort*, abordando os problemas com propriedades e ascensão de classe,

além da pontuada e restrita manutenção hierárquica, defendida por personagens centrais às narrativas, como *lady Catherine* de Bourgh, *sir Walter Elliot* e John Dashwood, preenchendo uma camada social cujos valores de sua classe refletiam, em sua vida, valores e relações pessoais. Em *Persuasão*, a protagonista Anne Elliot é desencorajada pela família a se casar com um homem recém-contratado da marinha inglesa, o que motiva discussões durante a narrativa sobre a relevância de casamentos econômicos ou afetivos, cuja resolução apresenta um casamento por amor, tema assumptível do contexto literário, cuja apresentação mostra uma discussão da disposição entre classes.

Durante as discussões entre as personagens centrais, Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy, em *Orgulho e Preconceito*, são apresentadas personalidades que, a partir de suas posições sociais em uma sociedade *polite*, trazem discussões sobre o conceito pré-determinado que uma classe representa. A hierarquia e o julgamento de Darcy sobre o comportamento e a posição da família Bennet influenciam os problemas que aprofundam os julgamentos de Elizabeth sobre os valores de Darcy, que se desenrolam no cenário das personagens, reconhecendo seus erros nas *primeiras impressões*.

Em *Razão e Sensibilidade*, a classe aparece tanto de maneira que auxilie as personagens quanto de maneira que as afundem no seu problema central. Com a preservação do *status* social de John Dashwood, suas irmãs e madrasta tiveram de se retirar de suas propriedades e se depararam com a solicitude de *sir John Middleton*, que utilizava de sua posição social, assim como o coronel Brandon e a sra. Jennings para auxiliar, ao seu modo, as personagens. Outro núcleo familiar que se destaca é o da rica família Ferrars, que deserdou o filho mais velho Edward, ao descobrirem que estava noivo de srta. Steele, uma mulher da classe baixa.

Nas questões de gênero, a narrativa é guiada pelo comportamento privado e público, apresentado por Irvine (2005), sendo explicitada a forma como as mulheres eram subjugadas fora da aristocracia inglesa. Imposições de comportamento se implementavam em todas as classes, contudo a delimitação marcada por sexo demonstra uma divergência em oportunidades.

Os homens na narrativa, proprietários do dinheiro, tinham uma liberdade que transgredia normas da classe que implicavam o casamento, como na situação de Darcy e Elizabeth. Enquanto outras personagens dos romances de Austen apresentam a influência das leis na desvantagem dos gêneros, como em *Orgulho e*

Preconceito e Razão e Sensibilidade, cujas narrativas são intrínsecas ao movimento social. As irmãs Dashwood e Bennet não têm direito à herança da propriedade em que vivem, ficando disponível apenas uma quantia reservada em vida pelos patriarcas de cada família e à disposição dos familiares próximos.

O objetivo estipulado nesta pesquisa foi analisar os fatores que promoviam a disposição da ordem social, em gênero e classe, abordando como foram apresentados nos romances *Orgulho e Preconceito*, *Razão e Sensibilidade* e *Persuasão*. Foi possível identificar as oportunidades oferecidas pelos privilégios de classe e gênero no controle do desenvolvimento das personagens, sendo essencial o valor empregado pelas normas de conduta, neste trabalho, a partir de Irvine (2005), designadas a cada fator no contexto narrativo.

Dada a importância do assunto, a reformulação literária, antes utilizada como meio de perpetuação de um padrão de conduta, na perspectiva individualista, permitiu a discussão dos valores empregados. A análise demonstrou que Jane Austen desenvolveu críticas às relações de poder, à divisão de classes, aos arranjos matrimoniais, às condutas e aos códigos sociais estabelecidos na sociedade inglesa oitocentista, e, com personagens como Elizabeth Bennet, questionava a organização de classes e das regras sociais impostas às mulheres.

Nesse sentido, a pesquisa com as análises quanto aos ideais nos textos literários, elucida a posição de Jane Austen sobre a situação da sociedade em que viveu, dentro de um sistema dominado por valores masculinos, de maneira que a reformulação e a perpetuação de vários desses estigmas na sociedade atual tornam sua escrita relevante após séculos de sua publicação, que, na época, teve de ser por intermédio de uma negociação indireta, mal remunerada e *by a lady*.

REFERÊNCIAS

- AUSTEN, Jane. **Razão e Sensibilidade; Orgulho e Preconceito; Persuasão**. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In: A Personagem de Ficção*. 2.ed, São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 51-80.
- FARAFH, Mariana; JUNQUEIRA, João. Análise do romance “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen: a autora, o gênero e as personagens. **Estudos Interdisciplinares em Educação**. Lorena, v. 1, n. 2, p. 43-69. 2018.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**, 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- IRVINE, Robert P. **Jane Austen**. London: Routledge, 2005.
- MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOTA, Tatiane de Souza. Sociologia da Cultura: classes sociais e gênero em Jane Austen. **Revista Elaborar**. Universidade federal do Amazonas, v. 4, n. 2, p. 27-32. out. 2017.
- MUDRICK, Marvin. Irony as Discrimination: Pride and Prejudice. *In: WATT, Ian. Jane Austen: a collection of critical essays*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1963. p. 41-51.
- ROSSI, Aparecido. Seria a pena uma metáfora do falo? Ou a inquietante presença da mulher na literatura. **ÍCONE – Revista de Letras**. São Luís de Montes Belos, v. 1, p. 20-41. dez. 2007.
- SAID, Edward. Narrativa e espaço social. *In: Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 117-142.
- VASCONCELOS, Sandra G. **Dez Lições**: sobre o romance inglês do século XVIII. São Paulo: Boitempo, 2002.
- WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. On Sense and Sensibility. *In: Jane Austen: a collection of critical essays*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1963. p. 41-51.
- WOOLF, Virginia. Jane Austen. *In: WATT, Ian. Jane Austen: a collection of critical essays*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1963. p. 15-24.